

Processo nº: 01.24.881

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de informática e informação, contemplando atividades de suporte, manutenção e gestão de infraestrutura de TIC, que celebram a **PBH ATIVOS S.A.** e a **Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte - PRODABEL**

A **PBH ATIVOS S.A.**, sociedade de economia mista, com sede na Rua Espírito Santo nº 605 - 10º andar - Centro - Belo Horizonte/ MG - CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Leonardo Mauricio Colombini Lima, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 065.276.716-87, e por sua Diretora-Executiva, Roberta Hygino Roletti Zimmer, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº: 013.290.856-55, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte - PRODABEL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº18.239.038-87, estabelecida na Avenida Presidente Carlos Luz, nº 1.275, Bairro Caiçara, Belo Horizonte/MG, CEP nº 31.230-000, representada por seu Diretor-Presidente Jean Mattos Duarte, portador do CPF sob o nº 068.797.456-95, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente Do procedimento de contratação direta – Inexigibilidade nº 015/2024, processo administrativo nº 01.24.881 conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente Contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: a vencedora do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na condição de signatária do presente CONTRATO;
- II. **CONTRATANTE**: **PBH ATIVOS**, na condição de signatária do CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: presente contrato de prestação dos **SERVIÇOS**, celebrado entre a **PBH ATIVOS** e o vencedor do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, incluindo todos os seus anexos;

- IV. TR: Termo de referência referente ao procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, incluindo todos os seus anexos;
- V. CONTRATAÇÃO DIRETA: procedimento administrativo vinculado às hipóteses contidas nos arts. 28, §3º, 29 e 30 da Lei Federal nº 13.303/2016, no qual a PBH Ativos poderá, ou deverá dispensar a realização de licitação.
- VI. PARTICIPANTE: pessoa jurídica que participe do procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, conforme condições estabelecidas no TR/CONTRATO e na legislação aplicável;
- VII. INEXIGIBILIDADE: Procedimento realizado na modalidade CONTRATAÇÃO DIRETA, referente a este processo, que resultou no presente CONTRATO;
- VIII. SERVIÇOS: denomina os serviços que compõem o objeto da CONTRATAÇÃO DIRETA, conforme especificações do TR, em especial do Anexo I, bem como da Proposta apresentada pelo PARTICIPANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS SEUS ANEXOS

2.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços técnicos de informática e informação, conforme demanda da Contratante, contemplando os serviços descritos, em especial no Anexo deste Contrato.

2.2. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I. Anexo I do Termo de Referência e seus anexos, independentemente de sua transcrição completa;
- II. Proposta da Contratada;
- III. Justificativa técnica.

2.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no subitem 2.2. deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 005/2024 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS S.A., e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1. O período de vigência deste contrato, coincide com o prazo de execução dos serviços, que será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura do contrato, nos termos dos arts. 69, IV, 71, 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016,

admitida a prorrogação nos limites legais e conforme dispõe o art. 137 e seguintes do RILC.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estimado de R\$ 276.713,41(duzentos e setenta e seis mil, setecentos e treze reais e quarenta e um centavos), para o período de 12(doze) meses, conforme proposta da CONTRATADA, Anexo II deste CONTRATO.

5.2. O valor estimado constante do subitem 5.1. acima, constitui o único montante devido à CONTRATADA em função da execução do CONTRATO, estando nele incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições da prestação do serviço, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, prazos de entrega, frete, manutenção e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço objeto deste contrato.

5.3. A CONTRATADA poderá aceitar o aumento ou a redução do objeto pactuado, nos termos do art. 81, da Lei Federal nº 13.303/2016, sendo aplicado, para fins de ajuste dos valores contratuais, os valores unitários constantes da Proposta Comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ser realizado mensalmente, pela Gerência Financeira mediante as notas fiscais emitidas pela PRODABEL, no prazo máximo de 30(trinta) dias.

6.2. As homologações (aceites) de serviços prestados e soluções entregues, por demanda e/ou despesas fixas mensais, deverão ocorrer em até 10(dez) dias úteis a partir da data da sua entrega pela PRODABEL. Não havendo pronunciamento por parte da PBH Ativos e decorrido o prazo de homologação, a PRODABEL emitirá a fatura correspondente e a PBH Ativos se obrigará a realização do pagamento no mês correspondente ao seu vencimento.

6.3. O pagamento à CONTRATADA será realizado por meio de depósito bancário na conta corrente nº 580094457-8, Agência nº 0093-0 - Santa Efigênia, creditando no Banco nº 104 – Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECURSO FINANCEIRO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O custo deste contrato ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

7.2. O documento fiscal deverá ser atestado pela Gerência Administrativa I, após conferência de sua regularidade.

7.3. Para fins de recebimento, a Contratada deverá encaminhar o documento de cobrança (nota fiscal/fatura, preferencialmente eletrônica) para a PBH Ativos, observando-se as disposições contratualmente estabelecidas e as orientações do fiscal do contrato.

7.4. O pagamento será feito após a apresentação do documento de cobrança, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de sua certificação pelo fiscal do contrato.

7.5. Se o documento de cobrança apresentar incorreções, será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento corrigido e certificado pela PBH Ativos.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO OU REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO.

8.1. Nos contratos firmados pela PBH Ativos haverá a previsão de reajustamento de preços, que se dará pela aplicação do índice geral ou setorial mais adequado ao objeto contratual, quando ultrapassado 12(doze) meses de vigência contratual.

8.2. Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no subitem anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a PBH Ativos, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

8.3. Nos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra firmados pela PBH Ativos, haverá a previsão de repactuação de preços, baseado em planilha analítica de custos, aos novos preços de mercado, observada a variação efetiva dos custos de execução do objeto, decorrente de Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho.

8.4. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação será dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

8.5. No caso desta contratação, o valor estimado do contrato será reajustado tomando como base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

8.6. As repactuações de contrato serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

8.7. A repactuação do contrato deverá ser pleiteada pela Contratada até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de ocorrer decadência do exercício do direito.

8.8. O marco inicial para os cálculos do reajuste será a data da apresentação da proposta ou a concessão do último reajustamento.

8.9. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o art. 131 do RILC (Instrução Normativa nº 005/2024).

8.10. A PBH Ativos poderá realizar diligência para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

8.11. Os reajustes e as repactuações poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, observando as normas do art. 132 e seguintes do RILC (Instrução Normativa nº 005/2024).

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no Termo de Referência e anexos, neste contrato, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar o serviço, conforme especificado no TR e seus anexos, na sua proposta comercial e neste instrumento contratual.
- II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR e anexos, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a Contratante, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação/dispensa de valor.
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta dispensa de valor em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- VI. Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens/produtos nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
- VII. Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à PBH Ativos ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato.
- VIII. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto desta Dispensa de valor, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
- IX. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta Dispensa de valor, podendo a Contratante, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade.
- X. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo gestor e/ou fiscal do contrato.
- XI. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os

documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.

XII. Entregar os produtos no endereço indicado, na quantidade e horário previamente combinado com os responsáveis designados pela Contratante.

XIII. Descarregar os quantitativos dos produtos no local indicado pela Contratante, de forma ordenada, a fim de facilitar a conferência.

XIV. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento e qualidade do produto discriminado no Termo de Referência e na sua proposta comercial, não transferindo a outrem, no todo ou em parte.

XV. Manter canal permanente de comunicação, o qual deverá funcionar em horário comercial das 8h às 17h, em dias úteis.

XVI. Manter escritório de negócios na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no caso de a sede da empresa ser em outra localidade.

XVII. Antes do início da execução do contrato, a Contratada deverá indicar preposto que será o representante da Contratada no âmbito do contrato, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

a) coordenar e gerir o fornecimento e a manutenção do suporte, e demais atribuições da Contratada no âmbito do contrato.

b) realizar a interlocução com a Contratante, incluindo o fornecimento das informações necessárias à regular execução do contrato e aquelas solicitadas pela Contratante.

c) participar de reuniões, caso convocadas pela Contratante.

d) dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.

XVIII. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, Know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie.

XIX - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

XX - Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da contratada, que venham a ter conhecimento em razão do contrato;

XXI - Receber e cumprir as ordens de fornecimento e de serviços emitidas pela Contratante;

9.2. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à PBH Ativos a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato

9.3. No âmbito dos deveres de conduta decorrentes do princípio da boa-fé objetiva, a Contratada deverá colaborar com a PBH Ativos no âmbito do processo de demonstração da vantajosidade da contratação, mediante a cobrança de valores razoáveis e condizentes com os praticados no mercado e apresentação de informações detalhadas sobre seus custos unitários e sobre os preços cobrados perante outros clientes.

9.4. É de responsabilidade da-Contratada a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista,

sem qualquer ônus para a contratante;

9.5. A Contratada deverá atender de forma imediata, solicitação da Contratante decorrente de correção que se fizerem necessárias, pertinente ao objeto desta dispensa de valor;

9.6. É obrigação da Contratada arcar com os custos relativos a fornecimento de peças, acessórios, mão de obra, transporte, estacionamento de veículo alocado na execução do objeto desta dispensa de valor.

9.7. A Contratada deverá, sempre que solicitado, apresentar à Contratante os documentos que comprovem o cumprimento e a regularidade de suas obrigações legais em especial, mas não se limitando àqueles de caráter fiscal, trabalhista, referentes ao fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais normas previstas no TR, no RILC (Instrução Normativa nº 005/2024) e na legislação vigente:

I. Nomear o gestor e fiscal do contrato;

II. Realizar os pagamentos devidos à Contratada, na forma do contrato;

III. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do fiscal do contrato;

IV. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e do dever, de ofício, a Contratada de regularizar eventuais falhas na execução do objeto;

V. Garantir o contraditório e ampla defesa no caso de aplicação de penalidades, observados os procedimentos aplicáveis;

VI. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

VII. Receber os produtos na forma do contrato, bem como atestar os recibos, caso estejam em conformidade com as disposições do contrato.

VIII. Permitir e acompanhar o acesso do preposto da Contratada às suas dependências, caso necessário para a execução do contrato.

IX. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

X - Emitir ordens de fornecimento e de serviços;

XI- Comunicar à contratada as ocorrências em relação ao objeto contratado;

XII - Notificar, por escrito, a Contratante acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;

XIII - Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis quando necessário;

XIV - Emitir termos de recebimento provisório e definitivo;

XV - Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da contratada, que venham a ter conhecimento em razão do contrato consoante disposições da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS LIMITES DA SUBCONTRATAÇÃO E À CESSÃO DO CONTRATO

11.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não interage a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela PBH Ativos, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade é da contratada.

11.2. Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA -DO RECEBIMENTO E ENTREGA DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento deste objeto contrato, se dará da seguinte forma:

- a. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, quando da respectiva entrega, mediante termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade e quantidade do mesmo com as especificações constantes do TR e seus anexos, do contrato e da proposta apresentada pela contratada;
- b. As eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela contratada e os respectivos prazos;
- c. Uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências deste TR e anexos, do contrato e da proposta apresentada pela contratada, o mesmo será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, com a lavratura do termo de recebimento definitivo, podendo, no caso de obras de engenharia, se dar por equipe técnica composta por responsável da Contratada, fiscal do contrato e agente público com qualificação profissional relacionada à área de engenharia, integrante do quadro de empregados da PBH Ativos ou indicado por esta.

§1º. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de serviços profissionais definidos no inciso I do artigo 30 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nas demais hipóteses em que não houver necessidade de registrar a data de entrega e a quantidade do bem, produto, serviço ou obra executada, e nas demais situações em que couber apenas o recebimento definitivo.

§2º. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos bens entregues e/ou do serviço realizado.

§3º. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao gestor atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo definitivamente, conforme o caso.

§4º. O recebimento deverá ser realizado dentro do prazo de vigência do contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias para o recebimento provisório e 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo de contratação.

§5º. O recebimento definitivo do objeto constitui condição indispensável para o pagamento do preço ajustado, sendo excepcionalmente admitida a antecipação do valor a ser pago quando expressamente prevista no processo de contratação, na forma do art. 128 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

12.2.O fiscal do contrato deverá rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato, TR e anexos, devendo o gestor do contrato tomar as medidas cabíveis quanto à aplicação de penalidade à Contratada, subsidiado pelas informações fornecidas pelo fiscal do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 18.324, de 18 de maio de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

13.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da IN nº 007/2023 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS <https://pbhativos.com.br/integridade/documentos-governanca/> comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I. Recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual e moral.
- II. Tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III. Oferecer produtos e serviços de qualidade visando satisfação dos seus clientes;
- IV. Preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V. Abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma profissional;
- VI. Rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de

serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;

- VII. Promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos de contratação realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-007/2023 -Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-008/2022- Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

14.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a execução do CONTRATO em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento DA CONTRATANTE;
- III. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento DA CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V. “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação DA CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito DA CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

15.1. A PBH Ativos se obriga a dar ciência prévia aos funcionários, colaboradores e outras pessoas vinculadas à CONTRATADA quando fizer o tratamento de seus dados pessoais para fins de execução contratual, nos termos do art. 6º. I, da Lei Federal nº 13.709/2018.

15.2. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo e a tratar como confidencial todo e qualquer documento, dado ou informação, obtido ou a que tenha acesso, de forma oral ou escrita, em função da celebração e da execução do CONTRATO.

15.3. A CONTRATADA obriga-se por si, por seus PREPOSTOS e eventuais sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO

16.1. Caso a contratada venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da contratada, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATANTE

17.1. A gestão e fiscalização do CONTRATO pela CONTRATANTE será realizada nos termos do Decreto Municipal nº 18.324, de 18 de maio de 2023.

17.2. A nomeação do gestor e do fiscal do CONTRATO será realizada por ato próprio do Diretor-Presidente da CONTRATANTE.

17.3. A CONTRATADA compromete-se a dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do CONTRATO, bem como a colaborar com a CONTRATANTE

17.4. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas

aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes deste TR e seus anexos ou da proposta comercial, pelos participantes e pelo futuro vencedor da presente dispensa, implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista neste TR e anexos e/ou no contrato a ser celebrado com a vencedora;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

18.2. DA ADVERTÊNCIA

18.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

18.3. DA MULTA

18.3.1. A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada cumulativamente ou não, ao licitante ou contratado pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas neste TR e anexos e/ou no contrato.

I. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

II. A multa compensatória será de 3% (três por cento) sobre o valor de referência do TR e anexos ou da proposta e/ou do contrato a ser celebrado ao licitante ou contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de execução dos serviços e/ou fornecimento, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos (IN 005/2024), demais legislações aplicáveis;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Contratante, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) não devolver, no prazo de 10 (dez) dias contados de notificação, eventuais valores pagos indevidamente pela Contratante;

e) permitir ou tolerar no cumprimento do serviço e/ou fornecimento, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

f) descumprir preceito normativo pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

g) não apresentar documentos e informações requeridos pela Contratante, que sejam devidos na forma deste TR e anexos.

III. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

IV. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão de cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

18.3.2. A aplicação de multa não impede que a PBH Ativos rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas.

18.3.3. As multas serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

18.3.4. Nos casos em que o valor do contrato seja irrisório ou sem custos para a Administração, deverá ser fixado no edital e no próprio contrato um valor de referência devidamente motivado para a aplicação de eventuais multas.

18.3.5. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

18.3.6. A multa aplicada será descontada dos valores devidos pela PBH Ativos à Contratada e, esgotados estes, a multa será descontada da eventual garantia prestada pela Contratante.

18.3.7. Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PBH Ativos ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.3.8. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do fornecimento, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

18.3.9. Nos casos em que o valor do contrato seja irrisório ou sem custos para administração, deverá ser fixado no edital e no próprio contrato um valor de referência devidamente motivado para a aplicação de eventuais multas.

18.4. DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A PBH ATIVOS.

18.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não aceitar a ORDEM DE SERVIÇO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a contratação direta, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ORDEM DE SERVIÇO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS S.A., pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no TR e das demais cominações legais.

18.5. DOS PROCEDIMENTOS

18.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, que será contado da data de juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação ou da comprovação de recebimento através de mensagem eletrônica.

18.5.2. Cabe ao notificado a comprovação dos fatos alegados em sua defesa, podendo empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido de defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir, conforme dispõe o art. 167 e seguintes do RILC (Instrução Normativa nº 005/2024).

18.5.3. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar.

18.5.4. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no sítio eletrônico da PBH Ativos e Diário Oficial do Município.

18.5.5. Durante a fase de execução do contrato, caberá à Diretoria Executiva:

- I. Julgar as defesas prévias;
- II. Receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor-Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

18.5.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

18.5.7. A aplicação de sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração.

18.5.8. Decorrido o prazo recursal sem qualquer manifestação da apenada ou verificada a coisa julgada administrativa, terá início a execução da sanção imposta e dos registros.

18.5.9. As penalidades aplicadas deverão ser registradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF, no Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, consoante art. 37 da Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30(trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a PBH Ativos e esteja autorizado no contrato ou na legislação em vigor;
- V. pela via judicial ou arbitral; e
- VI. em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos elencados no item seguinte.

19.2. Constitui motivo para a rescisão contratual:

- I. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - II. atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- III. a subcontratação do objeto contratual a quem não atenda às condições de habilitação e/ou sem prévia autorização da PBH Ativos;
- IV. a fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da PBH Ativos;
- V. o desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou do fiscal do contrato;
 - VI. o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - VII. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
 - VIII. a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- IX. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
 - X. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
 - XI. o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - XII. o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- XIII. nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo administrativo, assegurado para a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

19.4. Os motivos apresentados pelo gestor do contrato e a manifestação da Contratada serão encaminhados para análise da Assessoria Jurídica, a quem compete elaborar o termo de rescisão, emitindo o instrumento adequado ao caso concreto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS-IN 005/2024 PBH Ativos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH Ativos (IN nº 005/2024).

21.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

21.3. A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

21.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

21.5. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da CONTRATADA, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 18 DE FEVEREIRO DE 2025.

LEONARDO
MAURICIO
COLOMBINI
LIMA:06527671687

Assinado de forma
digital por LEONARDO
MAURICIO COLOMBINI
LIMA:06527671687
Dados: 2025.02.18
16:48:29 -03'00'

Documento assinado digitalmente
ROBERTA HYGINO ROLETTI ZIMMER
Data: 18/02/2025 16:34:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leonardo Colombini
DIRETOR-PRESIDENTE
PBH ATIVOS S/A

Roberta H. Roletti
DIRETORA-EXECUTIVA
PBH ATIVOS S/A

Documento assinado digitalmente
JEAN MATTOS DUARTE
Data: 18/02/2025 14:53:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jean Mattos Duarte
DIRETOR-PRESIDENTE
PRODABEL S/A

Testemunhas:

Documento assinado digitalmente
MARIO ANTONIO ALVARENGA FROIS
Data: 18/02/2025 16:51:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
1) _____
Nome:
CPF:

Documento assinado digitalmente
MARIA NAZARE FERREIRA DE SOUZA
Data: 18/02/2025 17:05:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
2) _____
Nome:
CPF:

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS,
INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO COMPLETA**

ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA

PRODABEL



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

PROPOSTA DE COMERCIAL

**Proposta Comercial para Sustentação e Prestação de
Serviços Técnicos de TIC para a PBH Ativos**

Elaborado por Comercial Prodabel
comercial.prodabel@pbh.gov.br

13/12/2024 - v2

Endereço: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Prefeitura de Belo Horizonte
Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – Belo Horizonte – MG – CEP: 30.160-919

PRODABEL

1. INTRODUÇÃO

Esta proposta tem como objetivo atender às necessidades da PBH Ativos S.A., através da prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Alinhada às exigências contratuais e normativas, a proposta detalha os serviços ofertados, os valores estimados e as condições de execução, garantindo excelência, segurança e conformidade técnica.

2. OBJETO

Constitui objeto desta proposta a oferta de serviços técnicos de informática e informação, contemplando atividades de suporte, manutenção e gestão de infraestruturas de TIC.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Os serviços abrangem as seguintes áreas e serviços:

- a) Serviços de consultoria por homem/hora de desenvolvimento, aquisições e projetos de TIC em conformidade aos aspectos de segurança e sigilo da informação, possibilitando a certificação e instalação na RMI:

Tipos de consultorias e serviços especializados de TIC	Valor hora
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Rede • Serviço de Projeto • Serviço de Segurança • Serviço de Aplicação e de Suporte (treinamento, análise e programação, desenvolvimento e licenciamento, geoprocessamento, software básico e infraestrutura) • Serviço de Desktop e Periféricos 	R\$ 199,17

- b) Serviço de projeto, certificação, habilitação e configuração de novas conexões de Rede WAN/LAN, integrando-se aos aspectos de segurança, sigilo e padrões da RMI:

1. Demandas de projeto com definição, configuração, instalação e certificação de rede WAN/LAN, em outro local/hora do endereço atual da CONTRATANTE;
2. Valor unitário: Sob demanda e apresentação do projeto e proposta técnica e comercial

PRODABEL

c) Serviço de cadastramento e gestão de Contas (AD - Active Directory e Correio Eletrônico do Município) e de certificação e habilitação de Periféricos e Desktops de TIC, garantindo-se os aspectos de segurança, sigilo e controle na RMI:

1. Abertura, habilitação e manutenção de Conta, certificação e habilitação de Desktop e Periféricos, por cobrança fixada por chamado e por equipamento
2. Valor por Equipamento R\$ 134,47

d) Pacote de serviços baseados no uso padronizado da RMI/Internet, conforme aspectos de sigilo e segurança da informação e comunicação do Município:

1. Serviços:

- a. Serviços de Tecnologia, Informação e Comunicação compreendendo, via RMI
 - Acesso aos Sistemas hospedados no Datacenter da CONTRATADA e aos mapas de georreferenciamento e dentro outros de interesse da CONTRATANTE,
 - Acesso ao portal de especificação técnica,
 - Monitoração de uso e acessos da RMI/Internet,
 - Segurança da Informação trafegada,
 - Gestão de serviços operacionais,
 - Utilização do Call Center para registro e acompanhamento de solicitações à CONTRATADA.
- b. Os acessos à RMI, Internet e à utilização dos links de comunicação da RMI, serão serviços prestados sem ônus para o CONTRATANTE.
- c. Franquia por 12 meses a partir da assinatura do contrato para atendimento aos seguintes itens:
 - 200 atendimentos in-loco/ano, mediante solicitação da Contratante, referente à manutenção preventiva e corretiva, de Desktops e Periféricos (equipamentos de uso da Contratante, registrados e conectados a RMI) garantindo-se a continuidade dos serviços e informações necessários à CONTRATANTE.
 - instalação de 5 pontos de rede lógicos no local da sede da CONTRATANTE.

PRODABEL

2. Valor Mensal R\$ 13.992,92

e) Especificação técnica de hardware, softwares e soluções de TIC, inexistente no portal da PBH:

1. Nova especificação técnica, hardware, Softwares e serviços/soluções de TIC, inexistente no portal da PBH
2. Valor Unitário: Sob demanda e apresentação de proposta técnica e financeira

f) Serviços de Geoprocessamento para acesso aos cadastros, informações e acervos relacionados, de propriedade do Município e armazenados no Datacenter da CONTRATADA:

1. Acessos/Relatórios/Consultas e plantas/mapas e dados geonuméricos de Geoprocessamento, bem como demandas de vistorias em campo em áreas mobiliárias do patrimônio do Município.
2. Valor Unitário: Sob demanda e apresentação de proposta técnica e financeira.

g) Serviço de Hospedagem no Datacenter da PRODABEL do Sistema TOTVS/Protheus;

1. Hospedagem no Datacenter da PRODABEL da solução TOTVS Protheus referente a suporte e manutenção de 6 (seis) licenças de uso, contemplando:
 - Hospedagem no Datacenter da PRODABEL da solução TOTVS Protheus;
 - Atualização de licenças, suporte e manutenção para 06 (seis) licenças da solução TOTVS Protheus;
 - Serviços de gestão do ambiente e de versionamento.
 - Serviços de interface com a empresa TOTVS, fornecedora da solução.
2. Valor Mensal R\$ 3.857,97

h) Serviços técnicos que demandem especificidades no uso da RIM e acesso às soluções da CONTRATADA ou não definidos nos itens anteriores. Nestes casos, poderão ser ofertados sob demanda e contra a apresentação de proposta técnica e comercial.

PRODABEL – Empresa de Informação e Informática do Município de Belo Horizonte
Avenida Presidente Vargas, nº 1.175, 3º andar – Caixa Postal 1.906 Belo Horizonte – MG – CEP: 31131-000

4

PRODABEL

4. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato terá duração de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, com possibilidade de prorrogação mediante acordo entre as partes.

5. INVESTIMENTO TOTAL

a) O valor total estimado para a vigência do contrato é de R\$ 276.713,41 (duzentos e setenta e seis mil, setecentos e treze reais e quarenta e um centavos).

b) Detalhamento da proposta

Descrição do Serviço	Forma de atendimento	Valor Mensal	Valor Anual
Item 3-Subitem A, B, C, E, F, H	Prestação do serviço sob demanda		R\$ 62.502,73
Item 3 - Subitem D	Serviços e forma de pagamento definidos	R\$ 13.992,92	R\$ 167.915,04
Item 3 - Subitem G	Serviços e forma de pagamento definidos	R\$ 3.857,97	R\$ 46.295,64

6. TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS

- A execução dos serviços seguirá os parâmetros técnicos definidos na proposta e nas cláusulas contratuais.
- Demandas adicionais ou alterações no escopo serão previamente negociadas e formalizadas.
- O suporte técnico será disponibilizado durante o horário comercial, de 08h às 17h, conforme os níveis de severidade descritos.
- Para prorrogação de contrato e reajuste de acordo com o prazo indicado no item 4 desta proposta, desde que aceito e acordado entre as partes, será adotado por indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Caso esse índice seja extinto, será automaticamente aplicado o índice que legalmente o substitua. Caso o IPCA do período seja negativo, será mantido o valor pago na data do reajuste.
- Os valores definidos nesta proposta podem sofrer reajustes para mais ou para menos de acordo com a variação do IPCA.
- O pagamento deverá ser realizado mensalmente, mediante as Notas Fiscais emitidas pela PRODABEL, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.
 - As homologações (Aceites) de serviços prestados e soluções entregues, por demanda e/ou despesas fixas mensais, deverão ocorrer em até 10 (dez) dias úteis a partir da data da sua entrega pela PRODABEL. Não havendo

PRODABEL - Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte
Avenida Presidente Carlos Luz, nº 2275 - 11º andar - Coqueiros - Belo Horizonte - MG - CEP: 31230-000 5

PRODABEL

pronunciamento por parte da PBH ATIVOS e decorrido o prazo de homologação, a PRODABEL emitirá a fatura correspondente e a PBH ATIVOS se obrigará a realização do pagamento no mês correspondente ao seu vencimento

- Todas as bases de dados geradas no âmbito do contrato serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, sendo vedada qualquer divulgação ou comercialização

7. CONCLUSÃO

Estamos à disposição para esclarecimentos adicionais ou ajustes que se façam necessários. Nosso compromisso é oferecer soluções tecnológicas eficientes, seguras e alinhadas às necessidades estratégicas da PBH Ativos S.A., garantindo alto desempenho e conformidade.

8. INFORMAÇÕES DE CONTATO

Para mais detalhes, entre em contato conosco através do e-mail comercial.prodabel@pbh.gov.br ou (31) 3277-7272.

9. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Esta proposta comercial tem o prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da sua assinatura

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2024


Haroldo Machado Cardoso

Comercial Prodabel

Diretoria de Atenção ao Usuário - DAU-PB